

CONV 192/02

WG VI 8

NOTA DE SÍNTESE

de:	Secretariado
para:	Grupo de Trabalho sobre a Governação Económica (Grupo VI)
Assunto:	Síntese da reunião de 10 de Julho de 2002

Resultados dos trabalhos

1. Abertura pela Presidência

- O Presidente fez referência ao projecto de tópicos para as conclusões que havia sido distribuído na sequência da reunião anterior. O Grupo deverá debruçar-se sobre esse projecto depois de debatidos todos os pontos do mandato.

2. Debate sobre as questões do ponto 7 do mandato do Grupo (CONV 76/02)

- As intervenções dos membros do Grupo confirmaram não haver apoio para alterações de fundo nas estruturas existentes. Alguns consideraram que o sistema aberto de coordenação funciona eficazmente e que não se justifica ir mais longe, introduzindo uma abordagem mais prescritiva. Outros afirmaram ser necessário um reforço do processo, tendo sido avançadas algumas ideias sobre a forma de o concretizar. Houve quem julgasse que o papel da Comissão no processo aberto de coordenação deve ser reforçado e clarificado (em especial nos domínios da aplicação e do acompanhamento) e que a esse reforço deverá corresponder a atribuição de um papel mais importante ao Parlamento Europeu. Na opinião de outros, importa tornar o próprio processo mais eficaz mediante a introdução de critérios obrigatórios, em articulação com a aplicação de sanções. Diversos membros realçaram a necessidade de assegurar um apoio mais forte ao processo por parte das populações e dos parlamentos nacionais. Alguns consideraram que o papel consultivo dos parceiros sociais deve ser reforçado e formalmente reconhecido no Tratado.

- O Presidente concluiu constatando não terem sido preconizadas alterações de fundo ao sistema actual; tinham contudo sido avançadas sugestões no sentido de o tornar mais eficaz.

3. Debate sobre as questões do ponto 8 do mandato do Grupo

- Alguns dos problemas suscitados no ponto precedente da ordem do dia foram debatidos com mais pormenor neste ponto. Alguns foram de opinião que o âmbito da coordenação das políticas económicas deve ser alargado por forma a integrar plenamente os objectivos em matéria social e de emprego; outros preferem evitar essa integração. Um certo número de membros do Grupo, observando que existe um nexo entre as questões, mostrou-se favorável a uma abordagem integrada, advertindo contudo para os riscos de uma atitude demasiado prescritiva. Foi sugerida a incorporação do método aberto de coordenação no Tratado e preconizada uma melhor sincronização dos diferentes processos de coordenação. O Presidente recordou que alguns elementos já figuram nos Tratados e que o Grupo deve ficar esclarecido acerca das disposições existentes antes de tirar conclusões de fundo.

4. Debate sobre as questões do ponto 9 do mandato do Grupo

A maioria do Grupo não vê necessidade de alargar as actuais disposições no domínio da harmonização fiscal. Todavia, alguns concordam que importa alterar o processo decisório, alargando o recurso à VMQ aliada à co-decisão. Outros afirmaram que a argumentação sobre a legitimidade democrática a nível nacional vem corroborar a necessidade de manter a votação por unanimidade. Alguns defenderam a VMQ para determinados sectores específicos (designadamente os que têm impacto no mercado único). O Presidente concluiu constatando não terem sido preconizadas disposições adicionais neste domínio (remeteu para os actuais artigos 93.º, 94.º e 175.º do Tratado); contudo, ficava em aberto a questão de determinar até que ponto se deverão alterar os actuais procedimentos, alargando o recurso à VMQ.

5. Debate sobre as questões do ponto 10 do mandato

O Grupo manifestou o seu amplo apoio às recomendações formuladas no relatório Lamfalussy, bem como à decisão de as levar à prática. Houve acordo no sentido de considerar que é necessário algum tempo para se fazer uma análise detalhada (e eventualmente recomendações adicionais). Foi contudo assinalada a relação entre este tema e a questão geral da legislação de execução (e em particular o papel do PE), que não se enquadra no mandato do Grupo.

6. Ordem de trabalhos da próxima reunião

O Presidente propôs que a reunião de 17 de Julho seja consagrada aos três pontos restantes do mandato do Grupo, bem como à análise dos tópicos para as conclusões sobre os temas já debatidos. Após um breve debate sobre as personalidades a convidar para audições, ficou decidido que o Presidente/Secretariado fará avançar o processo e apresentará na próxima reunião, se possível, propostas concretas de datas de audições a realizar após as férias de Verão.
